

Sumário

Parte I INTRODUÇÃO

Capítulo I ► DIREITO PENAL.....	33
1. Conceito de Direito Penal.....	33
1.1. Conceito formal.....	33
1.2. Conceito social.....	33
2. Denominações específicas do Direito Penal.....	33
2.1. Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo.....	33
2.2. Direito Penal de culpabilidade e Direito Penal de periculosidade.....	34
2.3. Direito Penal do fato, Direito Penal do autor e Direito Penal do fato que considera o autor.....	34
2.4. Direito Penal primário (clássico) e Direito Penal secundário (extravagante ou penal administrativo).....	35
2.5. Direito Penal de duas velocidades (Direito Penal nuclear e Direito Penal periférico).....	35
2.6. Direito Penal de terceira velocidade.....	35
2.7. Direito Penal do inimigo.....	36
2.8. Direito Penal de quarta velocidade ou neopunitivismo.....	38
2.9. Direito Penal de emergência, Direito Penal simbólico e Direito Penal promocional.....	39
2.10. Direito Penal subterrâneo e Direito Penal paralelo.....	40
2.11. Direito Penal Internacional.....	40
3. Funções do Direito Penal.....	41
3.1. Função de proteção de bens jurídicos.....	41
3.2. Função de garantia de vigência da norma.....	41
3.3. Outras funções.....	41
4. Bem jurídico-penal e Constituição.....	41
4.1. Conceito e evolução do conceito de bem jurídico.....	41
4.2. Bem jurídico-penal constitucional.....	42
4.3. A problemática do bem jurídico.....	43
5. Garantismo penal.....	46
6. Ciências criminais (noção conjunta do Direito Penal).....	49
6.1. Criminologia.....	50
6.2. Política criminal.....	50
6.3. Dogmática penal.....	51
7. Modelos de política criminal.....	51
7.1. Abolicionismo penal (política criminal verde).....	51
7.2. Abolicionismo moderado ou minimalismo penal.....	52
7.3. Direito Penal máximo (eficientismo penal).....	52

Capítulo II ▶ PRINCÍPIOS PENAIS E POLÍTICO-CRIMINAIS.....	53
1. Princípio da legalidade penal	53
1.1. Previsão.....	53
1.2. Origem	53
1.3. Denominação e alcance	54
1.4. Funções.....	56
2. Princípio da fragmentariedade	60
3. Princípio da subsidiariedade	61
4. Princípio da ofensividade (<i>nullum crimen sine iniuria</i>)	63
5. Princípio da insignificância	67
5.1. Noção.....	67
5.2. Requisitos.....	71
5.2.1. Teoria da reiteração não cumulativa de condutas de gêneros distintos	73
5.3. Princípio da insignificância no STF e no STJ.....	75
5.3.1. Estatuto do Desarmamento.....	75
5.3.2. Lei de Drogas.....	76
5.3.3. Crimes contra o Patrimônio	78
5.3.4. Crimes contra a Administração Pública	82
5.3.5. Crimes diversos.....	89
6. Princípio da culpabilidade.....	91
7. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	93
8. Princípio da materialização do fato (<i>nullum crimen sine actio</i>).....	93
9. Princípio da pessoalidade ou da intranscendência da pena.....	93
10. Princípio da humanidade	95
11. Princípio da adequação social	96
12. Princípio da proporcionalidade (proibição do excesso).....	98
13. Princípio da proporcionalidade (proibição da proteção deficiente).....	103
Capítulo III ▶ DIREITO PENAL NA SOCIEDADE DO RISCO.....	109
1. Introdução.....	109
2. Expansão do Direito Penal	110
2.1. Espiritualização do bem jurídico	110
2.2. Aumento dos crimes de perigo abstrato	111
2.3. Delitos de acumulação e delitos de transgressão e a administrativização do Direito Penal	111
3. Novas formas de tutela dos bens jurídicos supraindividuais.....	112
3.1. Direito de intervenção	113
3.2. Direito Penal de velocidades.....	113

Parte II

LEI PENAL E SUA APLICAÇÃO

Capítulo I ► FONTES DO DIREITO PENAL	117
1. Fontes materiais (substanciais ou de produção)	117
2. Fontes formais	117
2.1. Fonte formal imediata	117
2.2. Fontes formais mediatas	117
3. Constituição como limite e fundamento do Direito Penal	118
4. Tratados internacionais de direitos humanos	118
4.1. Status normativo	118
4.2. Tratados como limite e fundamento do Direito Penal	119
4.3. Controle de convencionalidade das leis	120
4.3.1. Controle difuso de convencionalidade	120
4.3.2. Controle concentrado de convencionalidade	121
Capítulo II ► LEI PENAL	123
1. Introdução	123
2. Norma primária e norma secundária	123
3. Classificação da lei penal	123
3.1. Leis penais incriminadoras e não incriminadoras	123
3.2. Lei penal em branco (norma cega)	124
3.2.1. Conceito	124
3.2.2. Lei penal em branco em sentido amplo (lato), imprópria ou homogênea	125
3.2.2.1. Lei penal em branco homovitelínea e heterovitelínea .	126
3.2.3. Lei penal em branco em sentido estrito, própria ou heterogênea	126
3.2.4. Leis penais em branco de complementação estática e de complementação dinâmica	127
3.2.5. Indicação da norma complementar violada	128
3.2.6. (In)constitucionalidade das leis penais em branco em sentido estrito	128
3.2.7. Lei penal em branco permissiva	128
3.2.8. Lei penal em branco inversa ou ao avesso	128
4. Características da lei penal	129
5. Lei penal e processo de criminalização	130
5.1. Merecimento de tutela penal	130
5.2. Necessidade e adequação da tutela penal	130
6. Lei penal e mandados constitucionais de criminalização	132
6.1. Mandados constitucionais de criminalização expressos	132
6.2. Mandados constitucionais de criminalização implícitos	133
7. Lei penal e Tratados Internacionais de Direitos Humanos	133
8. Lei penal: vigência e validade	134
9. Interpretação das leis penais	134

9.1. Classificação quanto à origem ou quanto ao sujeito.....	135
9.2. Classificação quanto aos meios.....	135
9.3. Classificação quanto ao resultado.....	135
9.4. Interpretação analógica (<i>intra legem</i>)	137
10. Analogia (argumento analógico ou aplicação analógica)	137

Capítulo III ► LEI PENAL NO TEMPO 141

1. Tempo do crime (<i>tempus commissi delicti</i>).....	141
1.1. Introdução.....	141
1.2. Teorias.....	141
2. Vigência da lei penal.....	143
3. Conflito de leis penais no tempo.....	144
3.1. Introdução.....	144
3.2. Lei nova mais severa (<i>novatio legis in pejus – lex gravior</i>)	145
3.3. Lei nova mais benéfica (<i>novatio legis in melius – lex mitior</i>).....	153
3.4. <i>Abolitio criminis</i>	153
3.4.1. Descriminalização.....	153
3.4.2. <i>Abolitio criminis</i> temporária.....	155
3.4.3. Princípio da continuidade normativo-típica (ou continuidade típico-normativa).....	155
3.5. Lei nova incriminadora.....	157
3.6. Combinação de leis penais (<i>lex tertia</i>).....	159
3.7. Lei intermediária.....	161
4. Lei excepcional e lei temporária.....	161
4.1. Conceito legal.....	161
4.2. Divergência acerca da constitucionalidade.....	163
4.3. Conflito no tempo de lei penal temporária ou excepcional com lei da mesma natureza.....	163
4.4. Lei penal em branco e alteração da norma que complementa o tipo.....	163
5. Conflito aparente de leis penais.....	164
5.1. Princípio da especialidade.....	165
5.2. Princípio da subsidiariedade.....	166
5.3. Princípio da consunção.....	167
5.4. Princípio da alternatividade.....	174

Capítulo IV ► LEI PENAL NO ESPAÇO 177

1. Territorialidade.....	177
1.1. Princípio da territorialidade relativa ou mitigada.....	177
1.2. Conceito de território nacional.....	177
1.3. Questões pontuais.....	179
2. Lugar do crime (<i>locus commissi delicti</i>).....	180
3. Extraterritorialidade.....	182
3.1. Extraterritorialidade incondicionada.....	183
3.2. Extraterritorialidade condicionada.....	184

3.3. Princípios norteadores da extraterritorialidade.....	187
3.4. Extraterritorialidade prevista na Lei nº 9.455/97 (Lei de Tortura)	191
4. Pena cumprida no estrangeiro.....	191
5. Lei penal em relação às pessoas.....	192
5.1. Imunidades Diplomáticas.....	192
5.2. Imunidades Parlamentares.....	193
5.3. Deputados Estaduais e Vereadores	197
5.4. Presidente da República.....	198
5.5. Outras inviolabilidades	199
5.6. Limites institucionais à incidência da lei penal.....	200
Capítulo V ► DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI PENAL.....	201
1. Eficácia da sentença estrangeira	201
2. Contagem de prazo	203
3. Frações não computáveis de pena.....	204
4. Aplicação das normas gerais do Código Penal.....	204

Parte III

TEORIA GERAL DO CRIME

Capítulo I ► INTRODUÇÃO.....	207
1. Conceito de crime.....	207
2. Classificação doutrinária dos crimes	208
2.1. Crime simples, crime qualificado e crime privilegiado.....	208
2.2. Crime comum, crime próprio e crime de mão própria	209
2.3. Crime militar.....	209
2.4. Crime instantâneo, crime permanente e crime instantâneo de efeitos permanentes.....	209
2.5. Crime habitual.....	210
2.6. Crime comissivo, crime omissivo e crime de conduta mista.....	211
2.7. Crime monossubjetivo e crime plurissubjetivo	211
2.8. Crime unissubsistente e crime plurissubsistente	212
2.9. Crime consumado, crime tentado e crime exaurido	212
2.10. Crime de ação única e crime de ação múltipla	212
2.11. Crime material, crime formal e crime de mera conduta.....	213
2.12. Crime de dano e crime de perigo	214
2.13. Crime complexo.....	216
2.14. Crime mono-ofensivo e crime pluriofensivo	216
2.15. Crime vago	216
2.16. Crime funcional	217
2.17. Crime transeunte e crime não transeunte	217
2.18. Crime condicionado	217
2.19. Crime de atentado ou de empreendimento.....	218
2.20. Crime acessório, parasitário, derivado ou de fusão.....	218

2.21. Crime subsidiário	218
2.22. Crime de ímpeto	218
2.23. Crime de opinião ou de palavra	218
2.24. Crime remetido	218
2.25. Crime de hermenêutica ou de interpretação	218
2.26. Crimes de tendência interna transcendente (delitos de intenção)	219
2.27. Crimes de resultado cortado ou antecipado	219
2.28. Crimes mutilados de dois atos	219
2.29. Crimes de tendência intensificada (ou somente delitos de tendência)	220
2.30. Crimes de acumulação (crimes cumulativos)	220
2.31. Crimes de transgressão	220
2.32. Crime a distância ou de espaço máximo	220
2.33. Crime plurilocal	220
2.34. Crime em trânsito (ou em circulação)	221
2.35. Crime de trânsito (ou de circulação)	221
2.36. Crime no trânsito	221
2.37. Crime de alucinação	221
2.38. Crime de ensaio, delito de laboratório, crime putativo por obra do agente provocador	221
2.39. Crime de concurso (de participação ou concursal) e crimes em concurso	221
2.40. Crimes aberrantes	221
2.41. Crimes infamantes	222
2.42. Crime político	222
2.43. Crimes naturais, crimes meramente plásticos e crimes vazios	222
2.44. Delitos de esquecimento ou de olvidamento (crimes de olvido)	223
2.45. Delitos de comportamento	223
2.46. Delitos de obstáculo (crimes-obstáculo)	223
2.47. Crimes de ódio (<i>hate crimes</i>)	224
2.48. Crime de ecócidio	224
2.49. Crime de catálogo	224
2.50. Crimes cibernéticos	225
2.51. Crimes de desinformação	225
3. Sujeitos ativo e passivo	226
4. Objeto do crime	227
Capítulo II ► CONDUTA	229
1. Introdução	229
2. Conceito de conduta	230
3. Teorias da conduta	230
3.1. Teoria causal-naturalista – Concepção clássica (positivista-naturalista de Von Liszt e Beling)	230
3.2. Teoria causal-valorativa ou neokantista – Concepção neoclássica (normativista)	232
3.3. Teoria finalista – Concepção finalista (ôntico-fenomenológica)	233

3.4. Teoria social da ação	235
3.5. Orientações funcionalistas (teleológico-funcional e racional)	236
3.6. Teoria Significativa da ação	239
4. Características e elementos da conduta.....	240
5. Formas de conduta.....	241
6. Ausência de conduta	241
Capítulo III ► RESULTADO	245
1. Resultado naturalístico	245
2. Resultado normativo	246
3. Resultado previsto no art. 13, <i>caput</i> , do Código Penal.....	246
Capítulo IV ► NEXO DE CAUSALIDADE	247
1. Conceito e teorias	247
2. Teoria da equivalência dos antecedentes causais	248
3. Limites ao regresso <i>ad infinitum</i> ou complemento à teoria <i>conditio sine qua non</i>	249
3.1. Análise de dolo ou culpa	250
3.2. Imputação objetiva (breve noção).....	251
3.3. Considerações finais acerca dos limites do nexu causal.....	251
4. Espécies de causas.....	252
4.1. Causas absolutamente independentes	252
4.1.1. Causa preexistente absolutamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>).....	252
4.1.2. Causa concomitante absolutamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>).....	252
4.1.3. Causa superveniente absolutamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>).....	252
4.2. Causas relativamente independentes.....	252
4.2.1. Causa preexistente relativamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>).....	253
4.2.2. Causa concomitante relativamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>).....	254
4.2.3. Causa superveniente relativamente independente que não causa, por si só, o resultado.....	255
4.2.4. Causa superveniente relativamente independente que causa, por si só, o resultado (art. 13, § 1º)	255
5. Crimes omissivos impróprios (comissivos por omissão)	258
5.1. Noção.....	258
5.2. Dever de agir	259
5.3. Elementos do tipo objetivo dos crimes omissivos impróprios	263
5.4. Colocações específicas.....	264
5.5. Crime omissivo por comissão.....	266

Capítulo V ▶ TIPICIDADE	269
1. Tipicidade formal (legal)	269
1.1. Conceito.....	269
1.2. Principais fases da tipicidade.....	269
1.3. Tipo penal	271
1.3.1. Elementos do tipo penal incriminador	271
1.3.2. Funções do tipo.....	274
1.4. Formas de adequação típica	274
2. Tipicidade material.....	275
3. Tipicidade conglobante.....	277
3.1. Concepção original de tipicidade conglobante	277
3.2. Nova concepção de tipicidade penal	281
4. Teoria da imputação objetiva	281
4.1. Considerações iniciais.....	281
4.2. Postulados segundo Roxin	285
4.2.1. Criação do risco juridicamente relevante não permitido	285
4.2.1.1. Noção	285
4.2.1.2. Exclusão da imputação.....	285
4.2.2. Realização do risco	287
4.2.2.1. Noção	287
4.2.2.2. Exclusão da imputação.....	287
4.2.3. Alcance do tipo.....	288
4.2.3.1. Noção.....	288
4.2.3.2. Exclusão da imputação.....	289
 Capítulo VI ▶ TIPO DOLOSO	 291
1. Definição de dolo	291
2. Teorias sobre o dolo	291
2.1. Teoria da vontade.....	291
2.2. Teoria do assentimento ou consentimento	292
2.3. Teoria da indiferença	292
2.4. Teoria da vontade de evitação idônea	293
2.5. Teorias da representação.....	294
3. Elementos do dolo	295
4. Espécies de dolo	296
4.1. Dolo direto e dolo indireto.....	296
4.2. Dolo genérico e dolo específico	302
4.3. Dolo normativo e dolo natural	304
4.4. Dolo geral (<i>dolus generalis</i>).....	305
5. Elementos subjetivos especiais.....	307
5.1. Conceito.....	307
5.2. Delitos de tendência interna transcendente (delitos de intenção)	308

5.2.1. Crimes de resultado cortado ou antecipado	308
5.2.2. Crimes mutilados ou atrofiados de dois atos	309
5.3. Delitos de tendência intensificada (ou somente delitos de tendência)	309
Capítulo VII ► TIPO CULPOSO.....	311
1. Conceito	311
2. Elementos do tipo culposo.....	312
2.1. Conduta voluntária	312
2.2. Inobservância do dever objetivo de cuidado (desvalor da ação).....	312
2.3. Previsibilidade.....	314
2.4. Resultado naturalístico involuntário.....	315
2.5. Nexo causal	315
2.6. Tipicidade	315
3. Modalidades de culpa	315
3.1. Imprudência	315
3.2. Negligência	316
3.3. Imperícia	316
4. Espécies de culpa	316
4.1. Culpa inconsciente e culpa consciente	316
4.2. Culpa própria e culpa imprópria.....	316
5. Compensação de culpas.....	317
6. Concorrência de crimes culposos	317
7. Diferença entre dolo e culpa	317
Capítulo VIII ► CRIME PRETERDOLOSO.....	321
1. Conceito	321
2. Crime qualificado pelo resultado.....	322
3. Tentativa e crime preterdoloso.....	323
Capítulo IX ► FASES DA REALIZAÇÃO DO DELITO	325
1. <i>Iter criminis</i>	325
2. Crime consumado	331
3. Tentativa.....	332
3.1. Conceito e natureza jurídica.....	332
3.2. Pena da tentativa	334
3.3. Classificação	336
3.3.1. Tentativa imperfeita e tentativa perfeita	336
3.3.2. Tentativa inculpa e tentativa culpa	337
3.3.3. Tentativa fracassada.....	338
3.4. Infrações que não admitem a tentativa	338
4. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	341
4.1. Introdução	341
4.2. Desistência voluntária.....	342
4.3. Arrependimento eficaz	343

4.4. Natureza jurídica.....	346
4.5. Requisitos.....	347
4.6. Tentativa qualificada.....	349
5. Arrependimento posterior.....	350
5.1. Definição legal e natureza jurídica.....	350
5.2. Requisitos.....	351
5.3. Causa de diminuição de pena (<i>quantum</i>).....	356
5.4. Outras hipóteses de reparação do dano.....	357
6. Crime impossível.....	360
6.1. Introdução e natureza jurídica.....	360
6.2. Teorias.....	360
6.3. Ineficácia absoluta do meio de execução.....	361
6.4. Absoluta impropriedade do objeto material.....	364
6.5. Flagrante preparado ou provocado.....	365
6.6. Agente policial disfarçado.....	367
Capítulo X ► ILCITUDE (ANTI JURIDICIDADE).....	369
1. Introdução.....	369
1.1. Conceito.....	369
1.2. Ilicitude formal e ilicitude material.....	370
1.3. Causas legais de exclusão da ilicitude.....	370
1.4. Causas supralegais de exclusão da ilicitude.....	372
2. Estado de necessidade.....	373
2.1. Conceito legal.....	373
2.2. Requisitos.....	373
2.2.1. Perigo atual.....	373
2.2.2. Ameaça a direito próprio ou alheio.....	373
2.2.3. Situação de perigo não causada voluntariamente pelo sujeito....	373
2.2.4. Inexistência de dever legal de enfrentar o perigo (§ 1º).....	374
2.2.5. Inevitabilidade da prática do fato lesivo (nem podia de outro modo evitar).....	374
2.2.6. Inexigibilidade de sacrifício do direito ameaçado (cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se).....	374
2.2.7. Elemento subjetivo do tipo permissivo.....	375
2.3. Formas de estado de necessidade.....	376
2.4. Teorias.....	377
2.4.1. Teoria diferenciadora.....	377
2.4.2. Teoria unitária (adotada pelo CP).....	378
3. Legítima defesa.....	379
3.1. Requisitos.....	379
3.1.1. Agressão.....	379
3.1.2. Agressão injusta.....	379
3.1.3. Agressão atual ou iminente.....	381

3.1.4.	Defesa de direito próprio ou alheio.....	381
3.1.5.	Repulsa com os “meios necessários”.....	383
3.1.6.	Uso moderado.....	384
3.1.7.	Elemento subjetivo do tipo permissivo.....	384
3.1.8.	Erro de execução na legítima defesa.....	384
3.2.	Excesso.....	385
3.2.1.	Excesso voluntário (excesso doloso).....	385
3.2.2.	Excesso involuntário.....	385
3.2.3.	Excesso exculpante.....	386
3.2.4.	Excesso extensivo.....	386
3.2.5.	Excesso intensivo.....	387
3.3.	Outras formas de legítima defesa.....	387
3.3.1.	Legítima defesa sucessiva.....	387
3.3.2.	Legítima defesa putativa.....	388
3.3.3.	Legítima defesa subjetiva.....	389
3.4.	Questões específicas.....	389
3.5.	Legítima defesa no caso de agente de segurança pública.....	392
4.	Estrito cumprimento de dever legal.....	394
5.	Exercício regular de direito.....	395
6.	Situações específicas.....	396
6.1.	Intervenções médicas e cirúrgicas.....	396
6.2.	Violência esportiva.....	397
6.3.	Ofendículos.....	397

Capítulo XI ► CULPABILIDADE 399

1.	Introdução.....	399
2.	Evolução da culpabilidade (teorias).....	400
2.1.	Teoria psicológica.....	400
2.2.	Teoria normativa ou psicológico-normativa.....	401
2.3.	Teoria normativa pura.....	402
2.4.	Modernas teorias da culpabilidade.....	404
3.	Imputabilidade.....	405
3.1.	Conceito.....	405
3.2.	Excludentes da imputabilidade (inimputabilidade).....	406
3.2.1.	Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	406
3.2.2.	Menoridade.....	408
3.2.3.	Embriaguez completa acidental.....	408
3.3.	Causas não excludentes da imputabilidade.....	410
3.3.1.	Semi-imputabilidade.....	410
3.3.2.	Emoção e paixão.....	411
3.3.3.	Embriaguez não acidental (voluntária ou culposa).....	412
3.3.4.	Embriaguez acidental incompleta.....	414

4.	Potencial consciência da ilicitude	415
4.1.	Conceito.....	415
4.2.	Excludente da potencial consciência da ilicitude.....	416
4.3.	Não excludente da potencial consciência da ilicitude	416
5.	Exigibilidade de conduta diversa.....	417
5.1.	Conceito.....	417
5.2.	Coação moral irresistível.....	418
5.2.1.	Requisitos	418
5.2.2.	Efeitos	419
5.3.	Obediência hierárquica.....	421
5.3.1.	Requisitos	421
5.3.2.	Efeitos	421
5.4.	Causas supralegais de inexigibilidade de conduta diversa.....	422
5.4.1.	Introdução	422
5.4.2.	Cláusula de consciência	423
5.4.3.	Desobediência civil.....	423
5.4.4.	Conflito de deveres.....	423
6.	Coculpabilidade	424
7.	Vulnerabilidade (culpabilidade pela vulnerabilidade).....	426
7.1.	Criminalização primária e secundária. Da cifra oculta da criminalidade....	426
7.2.	Seletividade e vulnerabilidade.....	427
7.3.	Culpabilidade pela vulnerabilidade	428
Capítulo XII ► ERRO DE TIPO		429
1.	Erro de tipo essencial	429
1.1.	Conceito.....	429
1.2.	Formas e efeitos	432
1.2.1.	Erro de tipo inevitável, invencível ou escusável.....	432
1.2.2.	Erro de tipo evitável, vencível ou inescusável.....	432
2.	Descriminantes putativas por erro de tipo	433
2.1.	Introdução.....	433
2.2.	Erro sobre a situação de fato de uma discriminante.....	434
2.3.	Formas e efeitos	435
2.3.1.	Erro inevitável, invencível ou escusável.....	435
2.3.2.	Erro evitável, vencível ou inescusável.....	435
2.4.	Natureza jurídica (discussão doutrinária) do erro sobre os pressupostos fáticos.....	436
3.	Erro provocado por terceiro.....	439
4.	Erro de tipo acidental	440
4.1.	Erro sobre a pessoa – <i>error in persona</i>	440
4.2.	Erro sobre o objeto – <i>error in objecto</i>	441
4.3.	Erro acerca do nexa causal (desvio do nexa causal)	442

4.4. Erro na execução – <i>aberratio ictus</i>	442
4.5. Resultado diverso do pretendido – <i>aberratio criminis</i> ou <i>delicti</i>	442
5. Erro de tipo e delito putativo	443
Capítulo XIII ► ERRO DE PROIBIÇÃO	445
1. Conceito	445
2. Formas e efeitos do erro de proibição	446
2.1. Erro de proibição inevitável, invencível ou escusável.....	446
2.2. Erro de proibição evitável, vencível ou inescusável	446
2.3. Erro de proibição grosseiro (crasso)	447
3. Erro de proibição direto	447
4. Erro de proibição indireto	449
5. Outras espécies de erro	451
5.1. Erro de compreensão	451
5.2. Erro culturalmente condicionado	451
5.3. Erro culturalmente condicionado e o índio	451
5.4. Erro de mandamento.....	452
5.5. Erro de subsunção	452
5.6. Erro de punibilidade.....	452
5.7. Erro de vigência	452
5.8. Erro de eficácia	452

Parte IV

CONCURSO DE PESSOAS

CAPÍTULO ÚNICO	455
1. Introdução.....	455
2. Requisitos do concurso de pessoas.....	456
2.1. Pluralidade de agentes e condutas.....	456
2.2. Relevância causal e jurídica de cada uma das condutas	457
2.3. Vínculo subjetivo entre os agentes	459
2.4. Identidade de infração penal.....	460
3. Teorias sobre o concurso de pessoas	461
3.1. Teoria monística, monista, unitária ou igualitária (<i>concurso plurium ad idem delictum</i>)	461
3.2. Teoria pluralista (teoria da cumplicidade-delito distinto ou da autonomia da concorrência).....	462
3.3. Teoria dualística ou dualista.....	463
4. Autoria	464
4.1. Conceitos de autor.....	464
4.1.1. Conceito unitário de autor	464
4.1.2. Conceito extensivo de autor	464
4.1.3. Teoria subjetiva	464
4.1.4. Conceito restritivo de autor.....	465

4.1.4.1.	Introdução	465
4.1.4.2.	Teoria objetivo-formal.....	466
4.1.4.3.	Teoria objetivo-material.....	466
4.1.5.	Teoria do domínio do fato	466
4.1.5.1.	Histórico.....	466
4.1.5.2.	Autor	467
4.1.5.3.	Teoria do domínio do fato na jurisprudência e doutrina brasileiras.....	470
4.2.	Autoria imediata	473
4.3.	Autoria mediata	474
4.3.1.	Noção	474
4.3.2.	Situações de autoria mediata	474
4.3.3.	Situações peculiares.....	477
4.3.3.1.	Crime próprio e autoria mediata	477
4.3.3.2.	Crime de mão própria e autoria mediata	477
4.3.3.3.	Crime culposo e autoria mediata	477
4.3.3.4.	Coação física irresistível e autoria mediata	478
4.4.	Autoria de escritório ou aparatos organizados de poder (teoria do domí- nio da organização).....	478
4.4.1.	Noção	478
4.4.2.	Fundamentos do domínio da organização	479
4.4.3.	Modelos de aparatos de poder	480
4.5.	Autoria de determinação.....	480
4.6.	Autoria colateral	481
4.7.	Autoria incerta ou autoria colateral incerta.....	482
4.8.	Autoria ignorada	482
4.9.	Autoria acessória (secundária) ou autoria colateral complementar	482
4.10.	Autoria de reserva.....	483
4.11.	Coautoria sucessiva	483
4.12.	Autoria sucessiva	483
4.13.	Coautoria alternativa	483
4.14.	Atuação em nome de outrem.....	483
4.15.	Autoria por convicção.....	484
4.16.	Autoria intelectual.....	484
5.	Participação	485
5.1.	Introdução	485
5.2.	Formas (induzimento, instigação e auxílio).....	485
5.3.	Natureza jurídica da participação	486
5.4.	Participação de menor importância	488
5.5.	Participação por omissão	489
5.6.	Participação criminal mediante ações neutras	489

5.7. Participação de participação (participação em cadeia ou participação mediata).....	490
5.8. Participação sucessiva e “alias facturus”.....	490
5.9. Participação negativa (conivência).....	490
5.10. Participação em ação alheia.....	491
6. Cooperação dolosamente distinta.....	491
7. Comunicabilidade de elementares e circunstâncias.....	494
7.1. Elementares e circunstâncias.....	494
7.2. Natureza das elementares e circunstâncias.....	495
7.3. Da (in)comunicabilidade das elementares e circunstâncias.....	495
8. Casos de impunibilidade.....	496
8.1. Não execução do crime.....	496
8.2. Desistência voluntária ou arrependimento eficaz do autor.....	497
9. Questões complementares.....	498
9.1. Concurso de pessoas em crime omissivo próprio (puro).....	498
9.2. Concurso de pessoas em crime omissivo impróprio.....	498
9.3. Concurso de pessoas em crime culposos.....	499
9.4. Autoria colateral em crimes culposos.....	500
9.5. Concurso de pessoas em crimes próprios e de mão própria.....	501
9.6. Agravantes no caso de concurso de pessoas.....	502
9.7. Concurso de pessoas e infanticídio.....	502

Parte V

SANÇÃO PENAL

Capítulo I ► INTRODUÇÃO.....	507
1. Conceito.....	507
2. Finalidades da pena e respostas penais contemporâneas.....	507
2.1. Teorias absolutas (retributivas).....	508
2.2. Teorias relativas (preventivas ou utilitárias).....	509
2.2.1. Prevenção geral (negativa e positiva).....	509
2.2.2. Prevenção Especial (positiva e negativa).....	509
2.3. Teorias unificadoras, unitárias, ecléticas ou mistas.....	510
2.4. Modelos contemporâneos de resposta penal.....	511
2.4.1. Justiça Retributiva.....	512
2.4.2. Justiça Restaurativa.....	512
2.4.3. Justiça Reparatória.....	514
2.4.4. Justiça Negociada.....	515
2.4.5. Justiça Terapêutica.....	515
2.4.6. Justiça Administrativa-Sancionadora.....	515
2.4.7. Justiça Preventiva.....	516
2.4.8. Justiça de Governança do Risco.....	516
2.4.9. Justiça Simbólica e Legitimação do Poder Punitivo.....	516

2.5. Tutela inibitória e medidas protetivas de urgência como resposta penal não sancionatória	517
3. Princípios fundamentais	518
3.1. Princípio da legalidade estrita ou da reserva legal	518
3.2. Princípio da anterioridade da lei	518
3.3. Princípio da aplicação da lei mais favorável	519
3.4. Princípio da individualização da pena	519
3.5. Princípio da humanidade	520
3.6. Princípio da pessoalidade, personalidade ou intranscendência da pena ..	521
3.7. Princípio da suficiência da pena	521
3.8. Princípio da proporcionalidade da pena	521
3.9. Princípio da necessidade concreta de pena e princípio da irrelevância penal do fato	521
4. Classificação das penas	523
5. Estado de coisas inconstitucional, pena privativa de liberdade e limites estruturais do poder punitivo	524
Capítulo II ► PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	525
1. Espécies	525
2. Regimes de cumprimento da pena	526
2.1. Espécies de regime	526
2.2. Regime disciplinar diferenciado	527
2.2.1. Características	527
2.2.2. Hipóteses de cabimento	528
2.2.3. Isolamento preventivo	529
2.2.4. Legitimidade do pedido e competência para aplicação	529
2.2.5. (In)constitucionalidade do RDD	529
2.3. Fixação do regime inicial	530
2.4. Regime inicial na legislação especial	537
2.4.1. Crimes hediondos e equiparados	537
2.4.2. Organização Criminosa	538
2.5. Direito de cumprir a pena no estabelecimento penal adequado	539
2.6. Estabelecimento penal federal de segurança máxima	541
3. Progressão de regime	542
3.1. Regra geral	543
3.2. Legislação especial	549
3.2.1. Crime hediondo	549
3.2.2. Organização criminosa	553
3.3. Progressão especial	553
3.4. Falta grave e progressão	555
3.5. Regressão	558
3.6. Nova condenação e progressão	558
4. Regras dos regimes	559
4.1. Regras do regime fechado (CP, art. 34)	559

4.2. Regras do regime semiaberto (CP, art. 35).....	559
4.3. Regras do regime aberto (CP, art. 36).....	562
4.4. Regime especial para mulher (CP, art. 37).....	563
4.5. Direitos do preso.....	564
4.6. Trabalho do preso.....	567
4.7. Superveniência de doença mental.....	567
5. Remição.....	568
5.1. Conceito e regras gerais.....	568
5.2. Regime aberto, livramento condicional e preso provisório.....	576
5.3. Competência.....	576
5.4. Remição e falta grave.....	576
6. Detração.....	577
6.1. Regra geral.....	577
6.2. Detração paralela e princípio da conta corrente.....	578
6.3. Penas restritivas de direito ou de multa e detração.....	579
6.4. Detração e prescrição.....	579
6.5. Detração e medidas socioeducativas.....	579
6.6. Liberdade provisória, medidas cautelares e detração.....	580
6.7. Detração e regime inicial.....	581
Capítulo III ► APLICAÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE.....	583
1. Pena-base (1ª fase).....	584
1.1. Regras gerais das circunstâncias judiciais.....	585
1.2. Circunstâncias judiciais.....	590
1.2.1. Culpabilidade.....	590
1.2.2. Antecedentes.....	592
1.2.3. Conduta social.....	601
1.2.4. Personalidade.....	602
1.2.5. Motivos.....	603
1.2.6. Circunstâncias do crime.....	603
1.2.7. Consequências do crime.....	604
1.2.8. Comportamento da vítima.....	606
2. Circunstâncias atenuantes e agravantes (2ª fase).....	607
2.1. Introdução.....	607
2.2. Concurso de agravantes e atenuantes.....	609
2.3. Circunstâncias agravantes.....	610
2.3.1. Rol do art. 61 do Código Penal.....	610
2.3.2. Agravantes no concurso de pessoas.....	616
2.3.3. Questões pontuais.....	618
2.3.4. Reincidência.....	620
2.3.4.1. Conceito.....	620
2.3.4.2. Espécies.....	621

2.3.4.3.	Efeitos da reincidência.....	621
2.3.4.4.	Sistema da temporariedade	622
2.3.4.5.	Reincidência do Código Penal e da Lei das Contravenções Penais	625
2.3.4.6.	Questões pontuais.....	625
2.4.	Circunstâncias atenuantes	632
2.4.1.	Rol das atenuantes (art. 65 do CP).....	632
2.4.2.	Atenuante inominada (art. 66 do CP).....	643
3.	Causas de aumento e de diminuição (3ª fase).....	645
Capítulo IV ► PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....		651
1.	Introdução.....	651
1.1.	Espécies.....	651
1.2.	Natureza jurídica.....	652
1.3.	Classificação	653
1.4.	Duração	653
1.5.	Penas restritivas de direitos e suspensão dos direitos políticos	653
2.	Regras para a aplicação.....	654
2.1.	Requisitos para a substituição.....	654
2.2.	Questões pontuais.....	657
2.3.	Formas ou critérios de aplicação	660
3.	Conversão (art. 44, § § 4º e 5º).....	663
3.1.	Descumprimento injustificado da restrição imposta	663
3.2.	Nova condenação.....	663
3.3.	Questões pontuais.....	664
4.	Penas restritivas de direitos em espécie	664
4.1.	Prestação pecuniária (art. 45, § 1º).....	664
4.2.	Perda de bens e valores (art. 45, § 3º)	666
4.3.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (art. 46)....	666
4.4.	Interdição temporária de direitos (CP, art. 47)	667
4.5.	Limitação de fim de semana (art. 48)	668
Capítulo V ► PENA DE MULTA.....		671
1.	Conceito	671
2.	Cominação	672
3.	Cumulação de multas	672
4.	Legitimidade ativa da execução da multa	672
5.	Conversão da multa em detenção.....	675
6.	Fases da fixação da pena de multa	676
7.	Extinção da punibilidade	678
Capítulo VI ► CONCURSO DE CRIMES		681
1.	Conceito	681
2.	Sistemas de aplicação da pena	681

3. Concurso material (ou real)	682
3.1. Conceito	682
3.2. Espécies	684
3.3. Aplicação das penas	684
4. Concurso formal (ou ideal)	685
4.1. Conceito	685
4.2. Concurso formal perfeito ou próprio	685
4.2.1. Conceito	685
4.2.2. Aplicação das penas	687
4.2.3. Concurso material benéfico	689
4.3. Concurso formal imperfeito ou impróprio	690
4.3.1. Conceito	690
4.3.2. Aplicação das penas	695
5. Crime continuado	697
5.1. Conceito	697
5.2. Requisitos	697
5.3. Teorias	700
5.3.1. Teoria puramente objetiva	700
5.3.2. Teoria objetivo-subjetiva ou mista	700
5.4. Natureza jurídica	702
5.5. Espécies	702
5.6. Aplicação das penas (regra geral)	703
5.7. Aplicação das penas (questões pontuais)	706
6. Pontos relevantes sobre o concurso de crimes	708
7. Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	711
7.1. Conceito	711
7.2. Espécies	711
8. Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>delicti</i>)	715
9. Limites das penas privativas de liberdade	716
9.1. Tempo máximo de cumprimento	716
9.2. Nova condenação	716
9.3. Regra sobre os benefícios	717
Capítulo VII ► SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	721
1. Introdução	721
2. Sistemas	722
2.1. Sistema franco-belga (<i>européu continental</i>)	722
2.2. Sistema anglo-americano (<i>probation system</i>)	722
2.3. Sistema do <i>probation of first offenders act</i>	722
3. Requisitos	722
3.1. Requisitos objetivos	722
3.2. Requisitos subjetivos	723
4. Espécies	724

5. Condições.....	725
6. Período de prova	725
7. Revogação.....	726
7.1. Revogação obrigatória (art. 81, I a III).....	726
7.2. Revogação facultativa (art. 81, § 1º).....	727
8. Cassação	727
9. Prorrogação do período de prova.....	728
10. Extinção da pena	729
11. Questões específicas	729
Capítulo VIII ► LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	733
1. Conceito	733
2. Requisitos.....	733
2.1. Requisitos objetivos.....	733
2.2. Requisitos subjetivos	735
3. Procedimento.....	740
4. Condições.....	740
5. Revogação e seus efeitos.....	741
5.1. Revogação obrigatória	741
5.2. Revogação facultativa	742
6. Prorrogação / suspensão / extinção	743
6.1. Suspensão do livramento condicional.....	743
6.2. Prorrogação do período de prova	743
6.3. Extinção da pena privativa de liberdade.....	743
7. Quadro para fixação.....	745
Capítulo IX ► EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	747
1. Efeitos principais	747
2. Efeitos secundários.....	747
2.1. Efeitos secundários de natureza penal.....	747
2.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal	748
2.2.1. Genéricos (aplicação automática).....	748
2.2.2. Confisco alargado (CP, art. 91-A)	752
2.2.3. Específicos (CP, art. 92).....	755
2.3. Suspensão dos direitos políticos.....	761
2.4. Outros efeitos secundários de natureza extrapenal.....	763
Capítulo X ► REABILITAÇÃO	767
1. Finalidade	767
2. Requisitos (CP, art. 94) e processamento.....	767
Capítulo XI ► MEDIDAS DE SEGURANÇA	771
1. Introdução.....	771
2. Espécies de medidas de segurança.....	771

3. Imposição da medida de segurança	774
3.1. Inimputável (art. 26, <i>caput</i>).....	774
3.2. Semi-imputável (art. 26, parágrafo único)	774
3.3. Superveniência de doença mental	775
4. Período da medida de segurança (CP, art. 97).....	776
4.1. Prazo mínimo	776
4.2. Prazo máximo.....	776
4.3. Desinternação ou liberação	778

Parte VI

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

Capítulo I ► CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE.....	783
1. Introdução.....	783
2. Morte do agente.....	785
3. Anistia	786
4. Graça e indulto	787
5. <i>Abolitio criminis</i>	792
6. Decadência.....	793
7. Perempção.....	794
8. Renúncia	795
9. Perdão aceito ou perdão do ofendido.....	795
10. Retratação.....	796
11. Perdão judicial.....	797
Capítulo II ► PRESCRIÇÃO.....	799
1. Introdução.....	799
1.1. Conceito.....	799
1.2. Fundamentos.....	799
1.3. Natureza jurídica.....	799
1.4. Imprescritibilidade	799
1.4.1. Hipóteses constitucionais.....	799
1.4.2. Tortura	800
2. Espécies de prescrição.....	801
3. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita.....	802
3.1. Sistemática	802
3.2. Regras para o cálculo do prazo prescricional	804
3.3. Termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença final.....	806
3.4. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	810
3.4.1. Recebimento da denúncia ou da queixa	811
3.4.1.1. Disposições gerais.....	811
3.4.1.2. Recebimento da denúncia nos termos da Lei 11.719/08	812

3.4.1.3.	Recebimento do aditamento à denúncia	812
3.4.1.4.	Denúncia anulada e o seu recebimento	814
3.4.2.	Pronúncia	815
3.4.3.	Decisão confirmatória da pronúncia.....	816
3.4.4.	Publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis	816
3.4.4.1.	Data da publicação.....	816
3.4.4.2.	Sentença que aplica medida de segurança.....	817
3.4.4.3.	Acórdão que confirma a sentença condenatória	817
3.4.4.4.	Nulidade da sentença condenatória.....	819
3.5.	Comunicabilidade das causas interruptivas.....	819
3.6.	Causas suspensivas da prescrição da pretensão punitiva	821
3.7.	Prescrição do crime pressuposto	824
4.	Prescrição superveniente ou intercorrente ou subsequente (espécie de PPP) ..	825
5.	Prescrição retroativa (espécie de PPP).....	827
6.	Prescrição da pretensão executória (PPE).....	831
6.1.	Introdução	831
6.2.	Termo inicial e causas interruptivas da prescrição da pretensão executória	832
6.3.	Reincidência como causa interruptiva.....	838
6.4.	Causa suspensiva da prescrição da pretensão executória	839
7.	Redução dos prazos prescricionais	839
8.	Prescrição da medida de segurança e da medida socioeducativa	842
9.	Prescrição antecipada	844
10.	Prescrição: penas restritivas e pena de multa.....	846
BIBLIOGRAFIA.....		849